



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915



DO CAPACITISMO À ACESSIBILIDADE DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Judite da Silva Ribeiro ¹
Marcley da Luz Marques ²

RESUMO

Este trabalho é uma breve discussão e reflexão sobre como o capacitismo aparece no espaço escolar, especificamente, no processo de ensino- aprendizagem dos estudantes com deficiência, mostrando alguns vícios capacitistas que são praticados na sociedade, e quando praticado na escola provoca a segregação e integração, distanciando o estudante com deficiência do processo de inclusão escolar. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é conhecer as barreiras excludentes provocadas pelo capacitismo no espaço escolar, como objetivos específicos: discutir como os discursos capacitistas interferem no desenvolvimento cognitivo e socioemocionais das pessoas com deficiências e analisar as ações de acessibilidades no ambiente escolar como estratégias anticapacitistas. Como aporte teórico, baseou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394/96, a Lei Brasileira de Inclusão, LBI, nº 13.146/2015, como também os estudos de Garcia (2011) e Certeza (2019). A metodologia do trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, utilizou o método bibliográfico, a partir de uma busca no site *Google* acadêmico, selecionou três trabalhos para análise. Constatou-se que a prática do capacitismo associado as barreiras metodológicas, instrumentais e comunicacionais impede a pessoa com deficiência a ter autonomia.

Palavras-chave: Capacitismo, Estudante com deficiência, Acessibilidade, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Diante das inúmeras barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no processo de ensino- aprendizagem, o capacitismo é um dos maiores desafios, pois tende a romantizar as pessoas com deficiência seja infantilizando seu comportamento ou com a descrença na sua capacidade de evolução.

Sabendo que o contexto social reflete no contexto escolar, essa visão distópica, torna-se uma enorme barreira no processo de ensino- aprendizagem das pessoas com deficiência, principalmente na falta de acessibilidades atitudinais e metodológicas. Nessa perspectiva, este trabalho terá como propósito discutir e refletir o capacitismo no processo de ensino-

¹ Graduanda em Letras pelo IFPB, judite.silva@academico.ifpb.edu.br;

² Mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG. Professora de Português e Libras do IFPB, marcleymarques@gmail.com



aprendizagem com estudantes com deficiência, analisando como esse empasse, o capacitismo, oculta a identidade e a capacidade de desenvolvimento das pessoas com deficiência, estigmatizando-os historicamente como “deficiente” ou “incapaz”.

Na visão capacitista, as pessoas com deficiência são incapazes de realizar qualquer atividade que promova sua autonomia e emancipação, como estudar, trabalhar, relacionar com outras pessoas e outras ações comuns que as pessoas típicas, ou seja, sem deficiência. Refletindo sobre essa hipótese, buscaremos teorias metodológicas que ajudem a entender como essa visão se instala nas escolas principalmente em ações atitudinais e metodológicas.

Desse modo, buscaremos resposta, por meio de literaturas mais recentes, discutindo: Quais as barreiras provocadas pelo capacitismo que os estudantes com deficiência enfrentam no seu processo de ensino- aprendizagem?

Diante disso, objetivamos conhecer as barreiras excludentes provocadas pelo capacitismo no espaço escolar, discutir como os discursos capacitistas interferem no desenvolvimento cognitivo e socioemocionais das pessoas com deficiências e analisar as ações de acessibilidades no ambiente escolar como estratégias anticapacitistas.

Essa investigação se dará por meio de uma abordagem qualitativa visando compreender a importância da temática para os profissionais da educação, como também para as pessoas com deficiência. O objeto de estudo desse artigo será discutido e organizado da seguinte maneira: inicialmente, faremos uma articulação teórica acerca de conceitos relevantes para este trabalho com apontamentos dialógicos entre os teóricos, explicitando informações que nos dê embasamentos para entender as barreiras metodológicas, atitudinais e comunicacional enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Isso porque o capacitismo, no âmbito escolar, está ligado a falta de acessibilidade metodológica, atitudinal, instrumental e comunicacional.

METODOLOGIA

A pesquisa realiza uma abordagem qualitativa, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” Desse modo, esse trabalho buscou compreender os aspectos capacitistas, ou seja, uma das barreiras que dificulta a acessibilidade dos estudantes com deficiência. Com base neste tipo de pesquisa, usamos como métodos para coleta de dados a metodologia bibliográfica e documental. Para isso, fez-se um levantamento na plataforma *Google* acadêmico no período de junho a julho de

2021 e usamos os descritores: o capacitismo na escola, barreiras, acessibilidade e a vertentes capacitistas no espaço escolar.

Diante do exposto, apresentamos discussões e reflexões com base nos métodos que nos embasaram após as leituras de artigos e documentos que formalizam a educação inclusiva no Brasil. Para embasar as reflexões e as discussões, selecionamos três trabalhos por estarem alinhados a temática da nossa pesquisa, os textos selecionados são: “Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social” da autora Adriana Dias publicado, em 2013, no Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência; “Educação Inclusiva e deficiência: a perspectiva de estudantes do ensino médio” dos autores Andrea Soares Wuo, Karina Albuquerque Barreto e Ariane Berri Riegel, publicado, em 2020, na Revista Pedagógica do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó e “Todas as crianças são especiais, discussão sobre educação inclusiva: do capacitismo à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no ensino municipal infantil” de Ana Carolina Ferreira Lego Guedes Alves, publicado em 2018, trabalho de conclusão de curso de Bacharelado Administração Pública apresentado à Universidade Federal de Lavras.

Após as escolhas bibliográficas, fizemos uma análise interpretativa sobre a disseminação do capacitismo como resposta para as dificuldades das pessoas com alguma necessidade específica.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPACITISMO

O processo histórico de visibilidade e integração das pessoas com deficiência surgiu a partir das ações pragmáticas da religião católica, pois “buscava” a salvação humana, segundo Garcia (2011), em uma matéria publicada de forma on-line pela bengalalegal.com, diz que “as incapacidades físicas, os sérios problemas mentais e as malformações congênitas eram considerados, quase sempre, como sinais da ira divina, taxados como “castigo de Deus”. Ou seja, as pessoas que nasciam com deficiência eram fruto de um “pecado” ou uma “maldição”.

Dentro desse preceito, Garcia (2011) ainda afirma que a igreja Católica adotou “comportamentos discriminatórios e de perseguição, substituindo a caridade pela rejeição àqueles que fugiam de um “padrão de normalidade”, durante o período da Inquisição nos séculos XI e XII. Por meio dessa ideologia capacitista várias pessoas com deficiências tiveram suas vidas privadas e marginalizadas.

Nessa perspectiva, o capacitismo surge como uma forma de medir a capacidade de uma pessoa por um modelo padronizado pela sociedade, de acordo com aptidões desempenhadas



pelas demais pessoas típicas. Caso a pessoa não apresente os mesmos desempenhos é considerado “incapaz” de exercer ações na vida diária, sendo assim, disseminando um sistema discriminatório.

Sabemos que cada pessoa apresenta uma particularidade, necessidade específica, portanto, não somos seres humanos iguais e sim diferentes, então, não devemos estabelecer um padrão, mas devemos oferecer condições para que cada um desempenhe, realize as ações no meio social.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394/96, estabelece nos artigos 58, 59 e 60 a modalidade de ensino Educação Especial, com a prerrogativa de atender as necessidades dos estudantes com deficiência, em todas as etapas da educação. Desde a matrícula aos equipamentos necessários para promover a autonomia, então, o currículo, a metodologia, estrutura do espaço escolar, a compreensão da comunidade escolar, e profissionais capacitados são fundamentais para a efetivação de uma escola inclusiva.

Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão no artigo 3º, no parágrafo IV (BRASIL, 2015), ressalta que as barreiras, os entraves, os obstáculos, as atitudes ou comportamentos que dificultam a participação social da pessoa com deficiência ao direito “gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade”, são classificadas com:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

A falta de acessibilidade metodológica, instrumental, atitudinal e comunicacional no espaço escolar contribui para promover a exclusão dessas pessoas. Ao agir assim, a escola, torna-se segregadora, capacitista e excludente.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a ideologia de características homogêneas para definir um padrão e assim classificar as pessoas como capazes, a sociedade criou várias visões capacitistas que, incredulamente, obscureceram a capacidade das pessoas com deficiência. Tais preceitos, também, fundamentaram e estruturaram algumas ideologias políticas, com a do período nazista, na Alemanha. Muitas pessoas com deficiência foram esterilizadas a partir da ideia de salubridade racial.

Conforme Dias (2013), a lei de Higiene Racial decretava que as pessoas que era identificadas com: retardo, esquizofrenia, bipolaridade, transtorno maníaco-depressivo, epilepsia, doença de Huntington, cegueira, surdez ou deformidade física grave, “fossem conduzidas para um processo de esterilização, do qual faziam parte um parecer médico e uma autorização judicial” (DIAS, 2013, p.7).

Face ao exposto, o autor Certeza (2019), em uma matéria sobre capacitismo publicada pela Azmina, ratifica sobre as causas de morte de inúmeras pessoas com deficiência, em síntese:

O capacitismo remonta do governo nazista, quando em 1933, o sonho de Hitler se materializa no formato de uma lei que permitiria a dita “higiene racial”. A lei de prevenção contra a “prole geneticamente doente” (GezVen) determinava que as pessoas que possuíam determinadas condições tidas como congênitas (esquizofrenia, bipolaridade, epilepsia, doença de Huntington, cegueira, surdez, deformidade física grave, entre outras condições) fossem conduzidas para um processo de esterilização, do qual faziam parte um parecer médico e uma autorização judicial. Mais de 400 mil pessoas foram esterilizadas na Alemanha. E após a GezVen, o programa Aktion T4 assassinou mais de 260 mil pessoas com deficiência no mesmo país, em nome da ‘morte misericordiosa’. O programa se valia do slogan: “uma vida que não valia a pena ser vivida”.

Nesse interim, percebemos que a padronização corporal se estende entre os séculos, e vão se adaptando as novas formas de exclusão criada pela sociedade. Da mesma maneira acontece com o capacitismo, possa ser, que no momento, essa palavra “capacitismo” não seja empregada tão claramente devido a luta dos movimentos sociais por políticas públicas para combater, investigar ações de exclusão, mas o que vemos na literatura é que o capacitismo são ações excludentes, muitas vezes mascaradas, que vem acompanhando historicamente a humanidade dentro de seu contexto social.

Tradicionalmente, em quase todos os países do mundo, o foco dos programas de saúde apostou na vigilância da "doença" e da "incapacidade". O locus de "incapacidade" é mirado apenas no aspecto biológico ao invés de pensá-lo como socialmente construído. Historicamente, no Ocidente, a prevenção da deficiência se deu por



políticas de eugenia baseada em esterilização em massa de modo forçado, ou assassinato, de grupos considerados de alto risco genético. (Dias, 2013, p. 9).

Refletindo sobre isso, o capacitismo ao se estruturar no contexto histórico cria, por sua vez, várias barreiras sociais que ocultaram e ocultam os direitos de pessoas que estão à margem da sociedade, independente da sua condição física, social ou cognitiva. De acordo com Mello (2016, p. 7), as ações capacitistas contra pessoas com deficiência “refletem a falta de conscientização sobre a importância da sua inclusão e da acessibilidade, porquanto deve-se entender que Esta concepção, bastante antiga neste campo, é aquela oriunda do campo da biomedicina, que via até recentemente a deficiência com[...]”.

O capacitismo é um tipo de discriminação que aparece muitas vezes como brincadeiras ou um pensamento “inofensivo”, ou seja, que não traz má consequência e que não é prejudicial. Para Andrade (2016), em uma matéria publicada no site da medium.com, o grande problema deste tipo de preconceito, o capacitismo, é ser “extremamente sorrateiro, quase imperceptível a olho nu, vindo, inclusive, na maioria das vezes, escondido sobre uma capa de boas intenções muito difícil de ser questionada”.

Segundo esse autor, o capacitismo é tipo de preconceito visto como uma ação de maldade, que se esconde por traz de palavras ou frases dentro do contexto da excepcionalidade ou da incapacidade, e quando justifica a não realização ou conclusão de alguma atividade profissional ou escolar por apresentar alguma condição, entretanto, falta oferecer os recursos necessários.

Para entendermos melhor vejamos as seguintes frases capacitistas proferidas no meio social usando as comorbidades das pessoas com deficiências, a exemplo de: comparar as pessoas típicas com pessoas atípicas como forma de humor ou de punição “Parece que é cega.”, como também o uso de nomenclaturas, expressões que abstraem a concepção de ser humano e justificam por algo sobrenatural, “Você é tão bonito, nem parece que é autista!”, “Meu anjo azul” são falas e ações contraditórias que se opõem a acessibilidade atitudinal, portanto promovem a segregação e a reclusão das pessoas com deficiência pelos seus familiares ou no espaço escolar, ainda que de forma inconsciente (OLIVEIRA, 2021).

Analisando as frases citadas, dentro do contexto social, elas limitam a capacidade de desenvolvimento dessas pessoas. Essas atitudes são consideradas discriminatórias, pois subestimam a capacidade, e excludente, porque distancia a pessoa com deficiência do direito de “ser” e de “estar”. Isso se torna mais excruciante quando acontece nas escolas, além de

distanciar o direito de “ser” e “estar”, a escola torna o processo de ensino- aprendizagem em uma intransitabilidade.

Nesse véis, as Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Lei nº 13.146/2015, art. 27 afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Consoante ao que a legislação diz ao direito de aprender no sistema educacional brasileiro, as escolas têm que tornar seus projetos pedagógicos, suas metodologias e suas didáticas acessíveis a todas as pessoas com deficiência, disponibilizando, principalmente, acessibilidades metodológica, instrumental, comunicacional e atitudinal, por sua vez, diminuir as barreiras provocadas pelo capacitismo no espaço escolar. Reforçando esse direito, nesse mesmo documento, no parágrafo único da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência diz que “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015).

Segunda as autoras Wuo, Barreto e Riegel (2020. p. 10), “a falta de acessibilidade provoca um distanciamento e classificação entre pessoas, o grupo do nós e o grupo do eles”. Nessa divisão segregadora, as pessoas com deficiência são tratadas como especiais ou como deficientes, conseqüente necessitam de um apoio e atenção especial, essa visão, para as autoras são consideras capacitistas. Pois, as pessoas com deficiências não necessitam, necessariamente, uma atenção especial, mas sim, de uma educação direcionada com metodologias contextualizadas nas especificidades de cada deficiência que as pessoas têm.

Nessa perspectiva, Mello (2016, apud WUO, BARRETO, RIEGEL 2020, p. 10), o capacitismo apresenta uma visão ideológica de que “a pessoa com deficiência é vista como aquela que necessita, exclusivamente, de cuidados especiais devido à sua suposta incapacidade de se autogerir, medida pela sua funcionalidade corporal”. Refletindo sobre essa concepção e contextualizando ao espaço escolar, se as escolas agirem assim, ela distância as pessoas com deficiência do processo de ensino- aprendizagem e aumenta mais ainda barreiras que impedem o seu desenvolvimento.

Para Dias (2013, p.2), o “capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas”.

Desse modo, é que se estrutura a concepção de “pessoa especial” dentro das escolas, como se a pessoa com deficiência fosse estranha e incomum, ou, exclusivo e admirável. Esses adjetivos que estrutura a concepção “pessoa especial” retira as pessoas com deficiência da coletividade, da interação, socialização e do processo produtivo de aprendizagem, “A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano” (DIAS, 2013, p 2). Ou seja, sua capacidade de “ser” e “estar” são ofuscadas pelo capacitismo que é praticado pela sociedade e por sua vez chega até as escolas.

Concomitantemente, ao que se vem discutindo nesse trabalho, Mello (2016 apud ALVES, 2018, p. 47) afirma que:

A tradução de ableísmo, termo utilizado na teoria crip, uma das linhas de estudos também originado a partir dos disability studies, utilize-se o termo capacitismo por dois motivos. O primeiro pela urgente demanda de visibilizar a opressão contra as pessoas com deficiência, e dar mais visibilidade social a esse tema, e segundo porque segundo a autora para desconstruir as fronteiras entre as pessoas deficientes e não deficientes é necessário explorar os caminhos da corponormalidade da sociedade ao dar nome a uma discriminação que se propaga em mecanismos de controle biopolíticos dos corpos com base no que as pessoas com deficiência são capazes de fazer, numa premissa de incapacidade.

Então, por meio da premissa de incapacidade, ou seja, de não saber fazer, gera outros tipos de capacitismo “todos são iguais”, “Tadinho”, “o bichinho”, “Ser enviado por Deus”, “É um presente de Deus”, “A alegria da sala”, “Todas pessoas com deficiência são carinhosa”, entre outros. Tais premissas embaçam a condição de “pessoa” e oculta a identidade da pessoa com deficiência. Assim, o direito de aprender, o direito de se relacionar afetivamente, trabalhar, estudar e de sentir emoções: raiva, ódio, tristeza, como qualquer pessoa, é como não fizesse parte da vida da pessoa com deficiência.

De acordo com Wuo, Barreto e Riegel (2020, p. 8-10), “dizeres como “paciência”, “valor à vida”, “superação de adversidades”, “medo” e “pena” aparecem também como discursos no processo ensino e aprendizagem quando se trata da interação entre os estudantes”. Acreditamos, que esses fatores aparecem, na sala de aula, na metodologia, na atitude e nos atos comunicacionais, ou seja, essas fatores junto com a concepção de incapacidade, gera diversas complicações que descredibiliza os estudantes com deficiência, acreditando-se que eles não são capazes de aprender os conteúdos, usam metodologias incoerentes ao processo de ensino-aprendizagem em que se encontra o estudante com deficiência, faz usos de palavras excludentes ou infantilizadas e abstém recursos metodológicos e ações didáticas que promovem a equidade dos estudantes típicos e atípicos.

Reforçando esse pensamento, Sousa e Farias (2019, p. 1), dentro das considerações que abarca o capacitismo, como a discriminação ou violência, que caracteriza as pessoas com



deficiências como incapaz, “observa-se que essa forma de discriminação pode se manifestar verbalmente, por meio de arquiteturas inacessíveis, através de sentimentos ou atitudes que revelam piedade/inferioridade ou ainda por uma superproteção exacerbada.”

Ainda, de acordo com Sousa e Farias (2019, p. 1), percebe-se a existência de relações proximal com o capacitismo e o currículo formal das escolas que dificulta o processo de ensino-aprendizagem e a inclusão escolar, “[...]uma vez que podemos percebê-la no ambiente escolar, por sua vez, o capacitismo surge de forma negativa, tirando a capacidade de uma pessoa com deficiência, privando-as de estabelecer uma relação de equiparação em relação com os demais estudantes”.

Dessa forma, entendemos que o capacitismo influencia no currículo escolar, refletindo em uma prática pedagógica homogênea, na atitude e na comunicação entre professor e estudantes com ou sem deficiência sem levar em consideração as particularidades dos estudantes e assim repetem o método segregacionista ou de integração do estudante no ambiente escolar. Esses fatores podem estar relacionados a falta de conhecimento sobre acessibilidade metodológica, atitudinal, instrumental e comunicacional.

Discutir a acessibilidade e inclusão na educação é necessário em diversos aspectos, seja para ampliar a visão e atenção voltada para esse público, para fortalecer o apoio dado aos grupos e famílias que partilham experiências do desenvolvimento de suas crianças com deficiência, e também para reforçar que as crianças com deficiência devem se sentir parte do todo, pois elas são parte do todo. (ALVES, 2018, p.15)

Desse modo, Alves (2018), reforça a discussão que a educação tem um enorme valor social na vida da pessoa com deficiência e no seu processo de ensino-aprendizagem. Ela pode “ampliar a visão e atenção” para esse público e diminuir as barreiras que dificultam a inclusão escolar, a exemplo o capacitismo. Em consonância com essa fala o Art. 28 da Lei nº 13.146/15, diz que cabe ao poder público, nesse caso a escola, de “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”, ou seja, a ausência de direito ou a recusa de validar esse direito é uma atitude capacitista.

Diante do que foi discutido e refletido nesse trabalho, percebemos que o capacitismo permeia nos espaços escolares devido à concepção estrutural da sociedade, compreendemos que é uma prática que acompanha a formação humana e vai se adaptando conforme a reorganização social, ou seja, moldando os discursos, esses contribuem de forma negativa no ambiente escolar com práticas homogêneas no processo ensino-aprendizagem refletidas em barreiras metodológicas, atitudinais, instrumentais e comunicacionais, consequentemente não oferece autonomia para os estudantes com deficiência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apresentados sobre o capacitismo no contexto escolar, percebemos que as ações capacitistas dificultam o processo de ensino- aprendizagem dos estudantes com deficiência. Entendemos que o capacitismo influencia diretamente, mas de maneira negativa o currículo escolar, da mesma forma que acontece no contexto social, com práticas educacionais da homogeneidade, onde visa o aprendizado de todos da mesma forma, e sabemos que a aprendizagem varia de estudante para estudante conforme suas especificidades.

O capacitismo na escola está diluído na metodologia, nas atitudes e na comunicação, enviesado pelo conceito de incapacidade, ou seja, quando os profissionais da educação enxergam os estudantes com deficiência como sujeitos incapazes de aprender os conteúdos que estão na grade curricular da série/ano matriculado, muitas vezes sem oferecer os recursos necessários para o desenvolvimento. Desse modo, quando o capacitismo é praticado na escola, ela por sua vez deixa de ser um espaço inclusivo, e torna um espaço classificatório, segregatório e integracionista de estudantes. E sabemos que a inclusão acontece quando todos os estudantes participam de forma conjunta e a todos são dadas as oportunidades de avançarem no processo de ensino- aprendizagem respeitando as especificidades de cada estudante, principalmente do estudante com deficiência.

Portanto, o capacitismo no âmbito escolar permeia pelo uso de classificação de sujeitos capazes e incapazes em desempenhar práticas educacionais, mas é a falta de acessibilidade metodológica, instrumental, atitudinal e comunicacional que não conseguimos resultados significativos. Faz-se necessário capacitação para os profissionais da educação, conscientização da comunidade escolar no combate as ações capacitistas e recursos materiais para que tenhamos uma educação justa e promissora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carolina Ferreira Lego Guedes. Todas as crianças são especiais, discussão sobre educação inclusiva: do capacitismo à política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva no ensino municipal infantil. **Monografia** apresentada à Universidade Federal de Lavras. LAVRAS-MG, 2018.

ANDRADE, Sidney. **Capacitismo**: o que é, onde vive, como se reproduz? Publicado em 1 dezembro de 2016. Disponível em: <https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que-%C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e>>. Acesso em: 01 ago. 2021.



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 25 jul. 2021

CERTEZA, Leandra Migotto. **O que é capacitismo?** Matéria publicada em 14 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://azmina.com.br/colunas/o-que-e-capacitismo/>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência** – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013 Disponível em: <http://www.memorialdainclusao.org.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf> Acesso em: 25 de julho de 2021.

GARCIA, Vinícius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. Publicado em 02 outubro de 2011 – Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Out 2016. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016001003265&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 ago. 2021.

OLIVEIRA, Daliane. **Frases preconceituosas que não devemos utilizar**. Publicado no dia 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://blog.psyqueasy.com.br/2021/04/27/frases-preconceituosas-que-nao-devemos-utilizar/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SOUSA, Vanessa Alves de. FARIAS, Adenize Queiroz de. Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações. **Conedu. VI Congresso Nacional de Educação**. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID1994_27092019000648.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

WUO, Andrea Soares. BARRETO, Karina Albuquerque. RIEGEL, Ariane Berri. Educação inclusiva e deficiência: A perspectiva de estudantes do ensino médio. **Revista Pedagógica do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó**. v. 22, 2020.